

Os índios na Amazônia brasileira só não atingiram ainda um nível mais avançado de desenvolvimento econômico porque o governo teme que eles enriqueçam, acumulando mais autonomia e poder político. Quem faz a acusação é um dos principais líderes



indígenas da região, o cacique da aldeia balaio, Alvaro Sampaio, da etnia tucano, um crítico sistemático das ações da Funai, das ONGs e das Missões Religiosas, indignado com a falta de apoio aos empreendimentos de interesses dos próprios índios

Governo teme que índios fiquem ricos

Cacique tucano garante que índios precisariam menos do governo se houvesse financiamento para seus projetos de desenvolvimento econômico

Fotos: João Pinduca Rodrigues

Orlando Farias e João Pinduca Rodrigues

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) – Um dos primeiros líderes indígenas da Amazônia a dar o seu grito de independência e ir em busca de condições para assegurar o bem-estar de seu povo, o tucano Alvaro Sampaio, 50 anos, está convencido de que os índios não podem mais viver na miséria e contraditoriamente habitando terras riquíssimas em minérios. Tendo por causa de suas críticas devastadoras, Sampaio acusa o governo federal de não fornecer condições para pavimentar o caminho do desenvolvimento econômico dessas comunidades por temor ao poder que os índios passaram a acumular.

“Os índios cuidam do seu próprio nariz (...). Um jacaré não pode cuidar do filho de uma anta”

“O governo tem medo de que os índios fiquem ricos”, decreta Sampaio, lembrando que as comunidades iriam adquirir mais autonomia, consciência e deixariam de ser massas de manobra. “O interessante para o governo é continuar alimentando os índios da Amazônia através de ranchos da Comunidade Solidária”, ressalta.

vimento econômico dos índios. Ele cita o caso da proibição decretada recentemente pelo Departamento de Controle Ambiental da Funai (“ela está falida”) a um programa de turismo ecológico iniciado pela ONG indígena ‘Criartarte’. A iniciativa estava fornecendo bons resultados aos índios da região do rio Negro, mas a Funai argumentou que os turistas poderiam se aproveitar da abertura das reservas indígenas para roubar material biogenético das aldeias. “Quem deve dizer se alguém deve entrar ou não em nossas aldeias, somos nós próprios e nunca um órgão de branco”, dispara.

Sampaio discorda também do raciocínio de que os índios não estariam preparados para empreendimentos econômicos. Ele lembra que mais de uma centena de índios possuem curso superior e vivem nas cidades da Amazônia, a maioria subempregada atualmente. Esses quadros técnicos só não são aproveitados porque os projetos de desenvolvimento dos índios são ainda pequenos. Liderando um movimento que visa conservar as riquezas minerais em poder dos índios, para que possam ser exploradas, como já ocorre nos garimpos dos rios Tiquié e Alto Içana, Alvaro Sampaio avisa que haverá uma verdadeira guerra se o governo insistir em privatizar a mina de nióbio da Serra dos Seis Lagos, em São Gabriel da Cachoeira.

A comunidade de Sampaio mora ao lado da jazida como uma forma de vigilância desse tesouro e tem avisado que a mina lhe pertence, sendo objetivo da comunidade explorar a economicamente o mais rápido possível.



VIVENDO DO ASSISTENCIALISMO

Os índios ianomânis Edmilson Oliveira e Salomão Silva, da aldeia Maturacá, na divisa do Amazonas com Roraima, cumprem uma jornada mensal: percorrer mais de 400 quilômetros, de pé e de carro, das suas aldeias até São Gabriel da Cachoeira, para receber ranchos da Comunidade Solidária. Como eles, são milhares de índios,

que fora da produção, dependem dos ranchos para sobreviver. “Nada disso seria preciso, caso o governo financiasse ajudasse a implantar nossos próprios garimpos”, diz Edmilson. Salomão garante que em qualquer parte de São Gabriel que se meta uma picareta brota minério da terra



Líder diz que a Funai está falida e só serve para atrapalhar

Na água turva do rio Negro

A realidade de São Gabriel da Cachoeira também está exposta em suas praias. Andando por elas, é possível ver a presença de minérios por todos os lugares. A areia, às vezes, apresenta minúsculos grãos de material semi-precioso. E comum também as pessoas dizerem que saem d'água com a sensação de estarem tomando banho de ouro, tal é o brilho em seus corpos. Outro espetáculo é o banho

diário dos índios nas águas do Negro, alegres e às vezes, em nudez quase total, o que revela a proximidade que mantêm ainda com os hábitos das aldeias e com o primitivismo. Tanto mais revelador e eloquente da presença dos minérios em suas vidas, é o banho diário das belezas índias da cidade ocorrer em ‘águas turvas’, manchadas pelo mercúrio despejado ao longo dos anos pelos garimpeiros.



Índios usam a água para tomar banho e preparar seus alimentos

Cimi: cautela na integração econômica

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acredita ser irreversível o processo de integração das tribos da Amazônia à sociedade. O coordenador dessa ONG vinculada à Igreja Católica (Região Norte-1), Hipenori Moshizawa, afirma que o ingresso de uma comunidade indígena no processo econômico depende do grau de contato de cada uma delas com a sociedade envolvente.

Em função da ingenuidade de muitos desses grupos e o problema que isso poderia acarretar em seus investimentos, a entidade considera que os índios poderiam manter a cautela. Inicialmente, sustenta, as comunidades deveriam investir na economia familiar, que gerasse excedentes produtivos visando abastecer povoados e cidades mais próximas.

A medida que fossem se capitalizando e amadurecendo, essas comunidades poderiam partir então para um estágio mais avançado e entrar, com segurança, na economia de mercado. Para ilustrar, ele cita o exemplo dos índios sateré-maué, do rio Andirá (municípios de Maués e Barreirinha), que depois de um longo experiência agrícola com o guaraná, começaram a produzir a espécie de forma intensiva para atender indústrias de concentrados de sucos em Manaus.

“Cada povo, no entanto, tem direito a decidir o que é melhor para si e essa escolha só diz respeito a ele próprio”, resume o coordenador do Cimi.



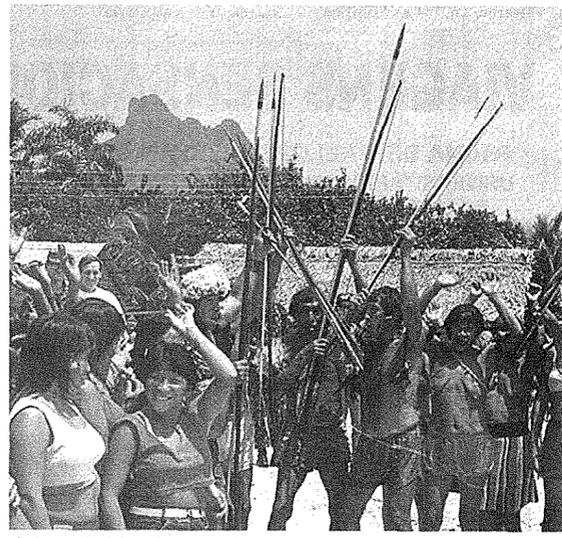
A atividade extrativa cada vez mais presente na vida dos índios deve ensinar maior cautela

A experiência de criar gado

Pioneiros em projetos econômicos na Amazônia, os índios Macuchis, Taurepangues, Ingariós e Uapichanas de Roraima, conseguiram a proeza de estabelecer, a partir de 81, um rebanho bovino capaz de rivalizar com o de grandes fazendeiros do país. Com o apoio da Diocese de Roraima, comandada então pelo bispo italiano Dom Aldo Mongiano, eles precisaram garantir os seus limites com a pata do boi, num época em que as frentes de expansão da sociedade ameaçaram despedaçar o seu território, com o estabelecimento de grandes, médias e pequenas propriedades, incentivado pelo governo de Roraima.

Dezesseis anos depois, os índios estabeleceram um rebanho estimado em 300 mil cabeças, algo em torno de um terço do rebanho do estado de Roraima. “Além de garantir a posse de nossas terras, o boi foi importante também como fonte de alimento”, diz o macuchi Euclides Pereira, de 34 anos, hoje dirigindo a Coiab, entidade representativa dos índios.

O território dos índios na reserva Raposa Serra do Sol, no lavrado ao norte de Roraima, é muito pobre de alimentos, por carência de água. “Hoje nós estamos produzindo leite e manteiga para sustento das comunidades”, diz Euclides, acrescentando que o excedente é comercializado nos povoados e cidades mais próximas das aldeias. Euclides acredita que 40% das comunidades na Amazônia brasileira já tenha ingressado em maior ou menor grau na economia de mercado. Em seu estado, Roraima, o índice é até maior. Os índios maigongues, do rio Auari, já mineram ouro há mais de uma década, da mesma forma que tucanos e baniuás, no Alto Rio Negro. Os próprios ianomânis, por muitos antropólogos como os índios mais primitivos da Amazônia, vão fatalmente ser incorporados por esse processo. “Esse processo já foi deflagrado porque os ianomânis já estão nos bancos escolares”, raciocina Euclides Pereira.



Até os primitivos ianomânis estão em via de integração à economia